

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS DE HISTÓRIA – 8º ANO

(Atividades do dia 13/10 ao dia 30/10)

Orientações: Leia o texto e responda as questões, após realizar a atividade enviar fotos ou entregar na escola.

O PRIMEIRO REINADO

A independência do Brasil foi resultado de um longo processo, que, ao contrário do que poderíamos pensar, não foi algo totalmente pacífico: após os eventos de 1822, o governo central passou a enfrentar alguns movimentos de resistência interna. As tropas leais à Coroa portuguesa, e, portanto, contrárias à independência, tiveram de ser vencidas e expulsas em várias províncias. Esses conflitos só terminaram em 1823.

NEM TODOS QUERIAM A INDEPENDÊNCIA

Logo após a independência, D. Pedro enfrentou uma grande resistência interna. Nas províncias do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, além de parte da Bahia e da Província Cisplatina, militares e altos funcionários portugueses se opuseram à independência do Brasil, aliando-se às Cortes.

No município de Campo Maior, no Piauí, por exemplo, ocorreu a Batalha do Jenipapo, em 13 de março de 1823 – data que se tornou um marco na história desse estado. Na luta, piauienses apoiados por maranhenses e cearenses combateram as tropas portuguesas, comandadas pelo governador João José da Cunha Fidié.

O movimento teve forte caráter popular, mas as tropas do governador João Fidié venceram o conflito e fizeram cerca de 500 prisioneiros. Porém, após a batalha, um grupo de sertanejos invadiu o acampamento militar dos portugueses e apreendeu armamentos, munições e dinheiro. Além disso, muitos soldados desertaram. Assim, João Fidié se viu obrigado a retirar-se do Piauí e seguir para o Maranhão, onde foi preso e mandado de volta a Portugal.

Na Bahia, a guerra contra as tropas portuguesas contou com o apoio de oficiais ingleses. As batalhas contra as forças portuguesas tiveram ampla participação popular. Nesse conflito, destacou-se Maria Quitéria, que se vestiu de soldado e se alistou voluntariamente no exército brasileiro.

O conflito terminou em 2 de julho de 1823, com a vitória das forças inglesas e imperiais. E essa data passou a ser comemorada como o Dia da Independência da Bahia.

No Maranhão e no Pará, a vitória do império também contou com a participação de forças inglesas. No Pará, cerca de 250 rebeldes, entre civis e soldados, morreram asfixiados em um navio. A unidade territorial do império foi definida apenas no final de 1823, quando a resistência das províncias foi vencida.

A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1823

Além dos conflitos internos, em 1823 também ocorreram eleições para a Assembleia Constituinte. Essa Assembleia tinha por objetivo elaborar a primeira Constituição do Brasil, tarefa essencial na construção do novo Estado. Instalada em maio, ela reunia advogados, padres, funcionários públicos – civis e militares – e, principalmente, proprietários rurais.

Os constituintes estavam divididos em duas correntes distintas: os partidários do imperador, que defendiam um governo centralizado e forte, capaz de derrotar as tendências separatistas que se verificavam no começo do império, e os adversários do imperador, que propunham limites para a autoridade de D. Pedro I.

As divergências entre as duas correntes principais chegaram ao fim com a dissolução da Assembleia Constituinte pelas tropas de D. Pedro I, em novembro de 1823, na chamada Noite da Agonia.

A CONSTITUIÇÃO DE 1824

Dissolvida a Assembleia Constituinte, D. Pedro I encomendou um novo projeto constitucional, outorgado por ele em 1824. A primeira Constituição do Brasil conciliava os interesses da elite com o autoritarismo do imperador. Veja as principais resoluções da lei:

- Divisão dos poderes em Executivo, Legislativo, Judiciário (ou Judicial, como estabelecido na Constituição de 1824) e Moderador. Este último era exclusivo do imperador e lhe garantia o direito de intervir nos demais poderes.
- Garantia do direito à propriedade das terras, escravos e demais bens adquiridos pelas elites durante o período colonial.
- Estabelecimento do catolicismo como religião oficial do Império.
- Voto indireto e censitário. Os eleitores escolhiam, nas eleições primárias, o colégio encarregado de eleger os deputados. Além disso, exigia-se do cidadão uma renda mínima para votar ou candidatar-se à Câmara e ao Senado.

A lei também dividiu o território brasileiro em províncias, governadas por um presidente nomeado pelo imperador. Estabeleceu ainda o princípio da tolerância religiosa e a educação primária gratuita.

AS DISPUTAS POLÍTICAS NO PRIMEIRO REINADO

O Primeiro Reinado foi um período politicamente conturbado, no qual persistiram os conflitos entre o imperador e as elites.

Após conquistarem seu objetivo principal, ou seja, libertar a colônia da metrópole, as elites queriam garantir que o controle da nação permanecesse em suas mãos.

Como vimos, os debates mais decisivos e os conflitos mais graves ocorreram nas discussões sobre os limites da autoridade de D. Pedro I durante a Assembleia Constituinte de 1823.

CONFLITOS ENTRE AS ELITES

Na Câmara dos Deputados, as divergências entre as próprias elites se tornaram cada vez mais evidentes. Os embates giravam em torno da organização do sistema educacional, da legislação agrária, da abolição do tráfico de escravos, da liberdade de imprensa e de religião, da organização de conselhos provinciais e municipais, entre outros pontos.

A partir de 1826, os deputados se dividiram em dois grupos opostos, um liberal e outro conservador. Os liberais defendiam um sistema de educação livre do controle religioso, apoiavam a liberdade de cultos, favoreciam a descentralização e a autonomia das províncias e municípios. Os conservadores se opunham a essas ideias.

Apesar de ser possível diferenciar liberais de conservadores no plano das ideias, na prática política nem sempre havia coerência entre ideais e atitudes. José Bonifácio, por exemplo, era liberal em relação aos problemas sociais e econômicos, mas conservador quanto à organização política.

A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL

No processo de formação do Estado nacional brasileiro, diversos projetos surgiram em várias regiões da antiga colônia portuguesa.

As elites regionais, as camadas médias urbanas e as camadas populares não tinham as mesmas ideias a respeito da organização do novo país, nem a mesma representação de pátria, de identidade nacional ou de nação.

Uma grande parte da população era composta de pessoas escravizadas. Em algumas regiões, como no norte do território, os indígenas compunham uma população muito grande. Não existia identificação dos grupos indígenas com um ideal nacional. As várias províncias dessa região não tinham entre si uma

identidade. Além disso, o norte mantinha poucas relações comerciais e poucos contatos com as províncias centrais do Rio de Janeiro e de São Paulo e ainda menos com as do sul do Império.

As classes populares assustavam as elites, por isso, os grupos dominantes defendiam um Estado antidemocrático. Assim, a definição da ideia de nação resultou das disputas de poder entre as elites e as camadas médias de um lado e, de outro, as camadas populares. Muitos conflitos surgiram, sobretudo no período regencial.

NOVA REVOLTA EM PERNAMBUCO

A dissolução da Assembleia Constituinte de 1823 e a tendência centralizadora da Constituição de 1824 desagradaram as lideranças da província de Pernambuco, onde havia um forte sentimento antiportuguês e favorável à república. A difusão das ideias liberais e republicanas na província tinha como principais representantes o médico e ativista político Cipriano Barata e o Frei Joaquim do Amor Divino Rabelo, conhecido popularmente como Frei Caneca, um dos líderes da Revolução Pernambucana de 1817.

Em seu periódico Sentinela da Liberdade, Cipriano defendia a liberdade de imprensa e um sistema de governo liberal e federativo para o país. Por suas posições políticas, foi preso em 1823 e libertado somente em 1830. Mesmo não participando diretamente da revolta de 1824, Cipriano continuou, na prisão, a alimentar o movimento com as ideias liberais que eram publicadas em seu jornal. Já Frei Caneca, através das páginas de seu periódico, o Tifis Pernambucano, denunciava o autoritarismo do governo imperial, propagava os ideais republicanos e conclamava o povo ao conflito.

O estopim para a revolta foi a nomeação, por parte do governo imperial, de um novo presidente para a província de Pernambuco. Em julho de 1824, os revoltosos proclamaram a Confederação do Equador, propondo a formação de uma república independente. Houve adesão do Rio Grande do Norte, do Ceará, do Piauí e da Paraíba.

O governo imperial reprimiu violentamente o movimento: os principais líderes foram presos, e nove deles foram condenados à morte. Frei Caneca, figura central do movimento, foi executado.

A CRISE ECONÔMICA E POLÍTICA

Depois da independência, o Brasil continuou sendo um país agrário-exportador, muito dependente da variação de preços dos produtos primários no mercado internacional. Além disso, o custo da independência tinha sido elevado, tanto em razão das despesas militares como da pesada indenização exigida pelo governo português.

Endividado, o governo de D. Pedro I adotou uma política econômica desastrosa. Emitiu mais moeda do que podia, causando o aumento do custo de vida e a falência, em 1829, do Banco do Brasil. O curto reinado de D. Pedro I também foi marcado por conflitos com os brasileiros.

A ABDICAÇÃO DE D. PEDRO I

Em abril de 1831, já não era possível controlar as manifestações de protesto. Na capital e nas províncias, associações oposicionistas e até membros do alto-comando do exército pediam a derrubada do governo.

D. Pedro I, dividido entre os compromissos do governo do Brasil e as lealdades devidas a Portugal, custou a tomar uma decisão. A pressão vinda de Lisboa era intensa, pois os liberais portugueses, desde 1830, insistiam no retorno do imperador.

Isolado politicamente e abandonado pelos militares, em 7 de abril de 1831, D. Pedro I abdicou do trono do Brasil e partiu para a Europa. A Coroa foi passada a seu filho, o brasileiro Pedro de Alcântara, então com 5 anos de idade. A renúncia do imperador significou a vitória das elites brasileiras e a ruptura definitiva com Portugal.

ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL ALBERTO BORDIN
PROFESSORAS : TILARA GONÇALVES MACHADO E SINARA MACHADO TOIGO
ALUNO: _____
8º ANO _____

ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS DE HISTÓRIA – 8º ANO

- 1- Quais províncias se opuseram à independência do Brasil?
- 2- Qual era o objetivo da Assembléia Constituinte? Quem fazia parte?
- 3- O que foi a Noite da Agonia?
- 4- O que definia, principalmente, a constituição de 1824?
- 5- Além de libertar a colônia da metrópole, o que as elites queriam durante o primeiro reinado?
- 6- Quais eram as questões que geravam embate entre as elites?
- 7- O que defendiam os liberais? E os conservadores?
- 8- Do que resultou a ideia de nação durante a formação do estado nacional?
- 9- O que causou uma nova revolta em Pernambuco? Qual foi o estopim para o início da revolta?
Quais foram as consequências?
- 10- Que política econômica de D. Pedro gerou uma crise econômica no Brasil?
- 11- Por que D. Pedro abdicou do trono?
- 12- Quem passou a governar após a abdicação de D. Pedro?